

7. COVID 19 – JOVENS CIDADÃOS ATIVOS – PROGRAMA DE VOLUNTARIADO:

Da **Vice-presidente, Dr^a. Sameiro Araújo**, submetendo para ratificação do Executivo e da Assembleia Municipal, proposta do **PROGRAMA DE VOLUNTARIADO COVID 19 – JOVENS CIDADÃOS ATIVOS**, de acordo com documentos em anexo.



Divisão de Desporto Juventude e Associativismo

*Apresenta a proposta
do Carlos Mendes
20 06 02*

PROPOSTA

COVID 19 – JOVENS CIDADÃOS ATIVOS

A Pandemia instalada por todo o mundo veio provocar em todos nós inquietações e inspirações, uma dualidade de sentimentos. Arregaçamos as mangas e colocamos em prática muitos dos projetos que estavam na gaveta e isso proporcionou-nos um crescimento e um amadurecimento individual e um compromisso com o mundo e com os outros de uma forma nunca antes vista. A presente Proposta de Programa Excecional de Voluntariado apresenta como âmbito o quadro epidemiológico em Portugal, designadamente no concelho de Braga, provocado pela doença Covid-19, declarada como pandemia por parte da Organização Mundial de Saúde no passado dia 11 de março de 2020, o qual tem exigido das entidades públicas, nomeadamente do Município de Braga, a promoção de medidas extraordinárias com o desígnio de prevenir a transmissão da doença. Efetivamente, em 18 de março, por intermédio do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, foi declarado o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública; A 02 de abril, por meio do Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020, foi renovada a declaração de estado de emergência; E no dia 17 de abril, mediante o Decreto do Presidente da República n.º 20-A/2020, procedeu-se à segunda renovação da declaração de estado de emergência. Além disso, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020, de 30 de abril, declara a situação de calamidade, no contexto da pandemia da doença Covid-19; E a Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2020, de 17 de maio, prorrogou a declaração da situação de calamidade, sendo prolongada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020, de 29 de maio. Com efeito, no decurso de toda esta conjuntura epidemiológica, o Município tem implementado toda uma série de medidas com a finalidade de oferecer uma resposta plena no combate à doença Covid-19. E se, por um lado, é verdade que nos encontramos numa circunstância de levantamento gradual das suspensões e interdições decretadas, num caminho de regresso gradual da atividade económica ao seu normal funcionamento, e num processo de desconfinamento das medidas que foram sendo adotadas; por outro lado, é certo que a prevenção da doença, a contenção da pandemia e a garantia da segurança dos portugueses e dos bracarenses se revelam os fins prioritários.

Esta Proposta de Programa de Voluntariado estabelece que apesar de já termos ultrapassado uma grande batalha, impõem-se outros cuidados para o regresso à normalidade, para a vida em sociedade como aspiramos e desejamos. A autarquia também assim o deseja, e é através dos nossos jovens que desejamos começar a fazer a mudança. Pois os nossos jovens bracarenses, também demonstram interesse e capacidade para abraçarem este desafio.

Assim o município preparou no âmbito da Pandemia COVID-19, iniciativas voluntárias onde estes podem atuar e fazer a diferença.

É desnecessário mencionar que o voluntariado é um ato de altruísmo e que acrescenta valores insubstituíveis às pessoas, e as experiências vividas podem até contribuir para a construção de um projeto de vida. As iniciativas que serão propostas a serem desenvolvidas pelos jovens voluntários passarão pela sensibilização à população das recomendações da Direção Geral de Saúde nos parques, equipamentos desportivos e praias que terão maior afluência durante o período de verão, mais concretamente nos meses de julho, agosto prolongando-se até meados de setembro.

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), no respetivo artigo 23.º, sob a epígrafe "Atribuições do município", n.º 1 e n.º 2, alíneas f) e g), determina que "constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias", dispondo os municípios de atribuições, particularmente, nos domínios dos tempos livres, desporto e saúde. Ademais, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea u), do RJAL, compete à câmara municipal promover e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.

Demais, a Lei n.º 71/98, de 03 de novembro, que prescreve as bases do enquadramento jurídico do voluntariado, no seu artigo 4.º, n.ºs 1 e 3, estatui que se consideram organizações promotoras as entidades públicas da administração local, que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade, tendo a atividade de revestir interesse social e comunitário e podendo ser desenvolvida nos domínios cívico, da ação social, da saúde, da educação, da ciência e cultura, da defesa do património e do ambiente, da defesa do consumidor, da cooperação para o desenvolvimento, do emprego e da formação profissional, da reinserção social, da proteção civil, do desenvolvimento da vida associativa e da economia social, da promoção do voluntariado e da solidariedade social, ou em outros de natureza análoga.

Neste projeto estão absolutamente salvaguardados e observados os direitos do voluntário, preceituados no artigo 7.º, da Lei n.º 71/98, de 03 de novembro, em específico no que respeita ao acesso a programas de formação, cartão de identificação, seguro, exercício do voluntariado em condições de higiene e segurança, programa que regule o conteúdo, natureza e duração do voluntariado e reembolso das importâncias despendidas no exercício de uma atividade programada pela organização promotora, no qual está previsto um montante máximo de despesa de até 15.000€.

Em concreto, os voluntários terão um conjunto de tarefas definidas, a serem transmitidas aquando da formação inicial para a prática do voluntariado. Com horários que poderão variar entre as 3 e as 5 horas diárias.

Esta proposta de Programa, enquadrando-se como uma medida excecional de combate à doença Covid-19, é suscetível de ser revista a todo o tempo, estando especialmente subordinada à constatação, ou não, dos pressupostos que a fundam.

Isto posto, considerando:

- Que o voluntariado é uma atividade inerente ao exercício de cidadania que se traduz numa relação solidária para com o próximo, participando, de forma livre e organizada, na solução dos problemas que afetam a sociedade em geral;
- Que o trabalho voluntário representa hoje um dos instrumentos básicos de participação da sociedade civil nos mais diversos domínios de atividade;
- Que a lei do voluntariado delimitou com precisão o conceito de voluntariado, assumindo que a qualidade de voluntário não pode, em qualquer circunstância, decorrer de relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora;
- Que o Município de Braga é uma organização promotora que reúne condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro (diploma que Regulamenta a Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro);
- Que o pagamento da compensação proposta encontra enquadramento no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro;
- Que foi elaborado um programa de voluntariado, no qual se prevê os destinatários da ação a desenvolver, os objetivos, a calendarização, o modo de candidatura e seleção, e os deveres do Município para com o voluntário;

-

PROPONHO ao Sr. Presidente que,

Considerando o disposto no artigo 35º, nº 3, do RJAL e tendo em atenção que foi já publicado o Plano de Desconfinamento - Conselho de Ministros de 29 de maio de 202 e a Resolução do Conselho de Ministros nº 40-A/2020, de 29 de maio, de que resulta que a regra passa a ser de que a generalidade das atividades retomam o funcionamento mediante a aplicação de determinadas condições e o respeito pelas orientações definidas pela DGS para determinados setores, tais como as piscinas descobertas, a partir do dia 1 de junho próximo,

Considerando a urgência que a situação requer, designadamente em preparar adequadamente a reabertura das piscinas municipais,

Profira decisão no sentido de:

- Aprovar o programa de voluntariado de regime excecional, com a duração do período da época balnear, conforme anexo a esta proposta.
- Mais se propõe que a presente proposta seja submetida à próxima reunião do Executivo Municipal para ratificação, nos termos do referido artigo 35º, nº 3, da Lei nº 75/2013 e da Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo.

Braga, 1 de junho de 2020

A Vice-Presidente,



(Dra. Sameiro Araújo)

PROGRAMA DE VOLUNTARIADO
COVID 19 – JOVENS CIDADÃOS ATIVOS

Introdução

Voluntariado é definido pelo Conselho Nacional do Voluntariado, por ser um conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade.

Assente nestes valores nasce Programa de Voluntariado - **COVID 19 – JOVENS CIDADÃOS ATIVOS**, para os jovens bracarenses.

1 – Descrição do Programa de Voluntariado

O Programa consiste genericamente no Apoio da Implementação das Medidas de Desconfinamento, indicadas pelas Direção Geral de Saúde em parques, equipamentos desportivos e praias.

2 – Destinatários

Jovens residentes ou estudantes no concelho de Braga com idades entre os 18 e os 30 anos de idade (à data de início da atividade).

3 – Objetivos

Promover junto dos jovens princípios de Cidadania Ativa;

Proporcionar aos participantes oportunidades de desenvolvimento de competências a nível pessoal, social e profissional;

Fomentar o espírito comunitário dos jovens através do envolvimento em projetos e eventos de serviço à comunidade bracarense;

Enriquecer e valorizar os CV's dos jovens participantes.

4 – Calendarização

O Programa de Voluntariado é proposto para os meses de julho a setembro, devendo considerar-se as seguintes datas:

Turnos:

1º turno: 29 de junho a 12 de julho;

2º turno: 13 de julho a 26 de julho;

3º turno: 27 de julho a 9 de agosto;

4º turno: 10 de agosto a 23 de agosto;
5º turno: 24 de agosto a 4 de setembro;
6º turno: 5 de setembro a 13 de setembro;

Horários:

9h30 – 14h30
14h30 – 19h30

5 – Candidaturas

A candidatura deverá ser efetuada através do preenchimento de um formulário de inscrição disponível para o efeito, no site www.cm-braga.pt e www.juventude.cm-braga.pt, na Loja da Juventude (Edif. GNRation) e no Balcão Único.

Candidaturas:

1º turno: 1 de junho a 12 de junho;
2º turno: 15 de junho a 26 de junho;
3º turno: 29 de junho a 10 de julho;
4º turno: 13 de julho a 24 de julho;
5º turno: 27 de julho a 7 de agosto;
6º turno: 10 de agosto a 21 de agosto;

Documentos a apresentar na candidatura:

Comprovativo de domicílio fiscal (Certidão no Portal das Finanças, ou comprovativo de frequência em estabelecimentos de ensino no Município de Braga.

IBAN em documento bancário (com o nome do titular da conta)

6 – Seleção

A seleção dos Voluntários é realizada pela Divisão de Desporto, Juventude, Associativismo e Participação Cívica.

Para a seleção dos jovens ter-se-á em consideração alguns fatores:

- Equilíbrio de idades e género.
- O número de vagas necessárias para o Programa;

Posteriormente, os jovens que forem seleccionados serão contactados pelo email que indicaram no formulário de inscrição. O candidato deverá responder ao contacto no prazo máximo de 24h, caso contrário será efetuada a sua substituição.

Os jovens serão contactados para preencher um segundo formulário aquando da formação inicial de voluntariado específico para o Programa. Nesse momento tomarão conhecimento dos seus deveres e direitos como voluntários.

7 - NORMAS DE SEGURANÇA E HIGIENE COVID 19

Devido à situação de pandemia pela COVID 19 e tendo em conta as indicações dadas pela Direção Geral de Saúde, serão adotadas medidas de segurança e higiene, sendo elas:

Obrigatoriedade da utilização de máscara, luvas e desinfetante (assegurados pelo Programa).
O não cumprimento desta norma leva à dispensa imediata do Voluntário;

Os Voluntários que apresentem algum sintoma da COVID 19 têm obrigatoriedade de informar imediatamente a coordenação do Programa;

O Voluntário que seja testado positivo para a COVID 19 têm obrigatoriedade de informar imediatamente a coordenação do Programa;

No caso de um Voluntário ser testado positivo para a COVID 19 têm a obrigatoriedade de ficar em isolamento profilático;

No caso de um Voluntário ser testado positivo para a COVID 19 toda a equipa com quem esteve a trabalhar têm a obrigatoriedade de ficar em isolamento profilático;

A omissão de resultado positivo para a COVID 19 será comunicado às autoridades;

No caso de o Voluntário já ter estado infetado pela COVID 19 terá de apresentar o teste com resultado negativo.

8 – Deveres do Município de Braga

O Município de Braga durante o decorrer do programa, com base na Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, tem o dever para com o Voluntário de:

Divulgar o Programa de voluntariado nos meios de comunicação disponíveis à sua disposição;

Proporcionar um programa de formação inicial e contínua, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu trabalho de voluntário;

Fornecer um cartão de identificação de voluntário;

Providenciar condições de higiene e segurança para o desempenho do trabalho voluntário;

Reembolsar aos voluntários as importâncias despendidas no exercício da atividade programada sob a forma de uma compensação de 10€ por turno de trabalho de voluntário,

como forma de compensação pelos encargos suportados com despesas de alimentação, transporte e outras;

Providenciar a cobertura de um seguro de acidentes pessoal aos participantes envolvidos no Programa de Voluntariado, durante o período de duração dos mesmos;

Atribuir ao participante um certificado comprovativo de participação no Programa de Voluntariado - COVID 19 – JOVENS CIDADÃOS ATIVOS

9 - Considerações Finais

As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Municipal de Braga, que analisará a situação em causa, tendo por base a legislação em vigor.